



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0000606-63.2023.6.22.8000

INTERESSADO: Gabinete da Secretaria de Gestão de Pessoas - GABSGP.

ASSUNTO: Acréscimo Contratual - Contrato n. 04/2023 - Contratada: **L. A. VIAGENS E TURISMO LTDA ME** (nome fantasia: **TRAVEL & TOURS**), inscrito no CNPJ sob o n. **04.613668/0001-65** - OBJETO: Prestação de serviço de agenciamento de viagens para fornecimento de passagens aéreas compreendendo os serviços de cotação, reservas, marcação, remarcação, emissão, cancelamento, para trechos nacionais e internacionais.

**PARECER JURÍDICO Nº 109 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC**

### **I – DO RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo, no qual, após operou-se a CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL da empresa **L. A. VIAGENS E TURISMO LTDA ME** (nome fantasia: **TRAVEL & TOURS**), inscrito no CNPJ sob o n. **04.613668/0001-65**, para, pelo prazo 100 (cem) dias, a contar de 05/04/2023, na forma do artigo 105, caput, da Lei n. 14.133/2021, com previsão de prorrogação, nos termos do artigo 107 da Lei n. 14.133/2021, nos termos registrados no Contrato Administrativo n. 04/2023 ([0998700](#)), o qual se encontra em plena vigência até 14/07/2023.

**02.** Na Manifestação n. 220/23SGP ([1011911](#)), o titular da SGP:

I - esclarece que "o serviço de fornecimento de passagens aéreas é de vital importância para o cumprimento da missão institucional do TRE-RO dada a necessidade constante de deslocamento de magistrados e servidores para eventos preparatórios das eleições junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), treinamentos, reuniões de trabalho, participação em eventos em outras unidades da federação, bem como prover a vinda de palestrantes, servidores, instrutores e magistrados de outras localidades para a realização ou participação em eventos;"

II - registra que a "contratação registrada nestes autos (PASEI n. [0000606-63.2023.6.22.8000](#)) deu-se em razão da execução por



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

completo de contratação anual anterior registrada no PASEI: [0003590-88.2021.6.22.8000](#) e justificou-se pela imprevisibilidade de se estabelecer prazo final para a conclusão da nova licitação em andamento no PASEI: [0003344-58.2022.6.22.8000](#) em razão de fatos procedimentais como revisões, impugnações, análise de recursos, etc;" e, como "pode se observar no PASEI imediatamente anterior, o pregão eletrônico que registra a contratação anual para cobertura dos serviços tem sua sessão de pregão agendada para o dia **29/5**, o que nos leva a ter uma considerável janela de tempo sem a cobertura perene dos serviços;"

III - informa que, "ainda que a contratação tenha sido realizada em conformidade com as diretrizes legais e, em especial, dimensionada apenas para o período e parcela excepcionais, nos termos do inciso VIII, do art. 75 da Lei n. 14.133/2021, condições comerciais, eventos e compromissos institucionais inesperados de grande relevância somados ao encarecimento dos trechos aéreos fizeram com que existam menos de 25% de saldo financeiro no Contrato Emergencial n. 4/2023 (evento SEI n. [0998700](#))." Informa ainda que esse "pequeno percentual em ponto de vista contrário ao número de projeções de deslocamentos por parte de autoridades, servidoras e servidores deste Tribunal fizeram com que" o secretário "sinalizasse pelo aditamento do referido instrumento contratual, como ação estratégica de gestão de risco."

IV - conclui que, "considerando que o recurso de gestão contratual visa garantir a cobertura do serviço no Tribunal, bem como evitar que a interrupção do objeto possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos em sua ampla dimensão, se manifesta **"favorável ao aditamento de 25% do Contrato Emergencial n. 4/2023** (evento SEI n. [0998700](#)) no valor de **R\$ 26.916,63** (vinte e seis mil e novecentos e dezesseis reais e sessenta e três centavos), nos termos do art. 125 da Lei n. 14.133/2021 e no subcapítulo 3 da Cláusula Décima Primeira e na Subcláusula Segunda da Cláusula Décima Quinta, ambas do referido termo contratual."

**03.** Por meio do Despacho n. 1045/2023 ([1012298](#)), o titular da SAOFC determinou o envio do processo à **COFC**, para programação orçamentária da possível despesa, à **SECONT**, para elaborar minuta de aditivo contratual e, após, **AJSOFC** para emissão de parecer jurídico. Por meio do novo Despacho n. 1058/2023 ([1012426](#)), em complemento ao despacho antes referido, o titular da SAOFC informou à **COFC** a fonte para custear **o aditamento de 25% do Contrato Emergencial n. 4/2023** (evento SEI n. [1011911](#)) no valor de **R\$ 26.916,63** (vinte e seis mil e novecentos e dezesseis reais e sessenta e três centavos), com utilização de recurso



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

existente na conta Manutenção predial sob demanda - imóveis da JE em Rondônia - IEF MANPRE - SEMAP, conforme tratativas já realizadas com o Sr. Coordenador da Coordenadoria de Obras, Manutenção e Serviços Gerais (COMSEG).

**04.** Assim, veio ao processo a comprovação da programação orçamentária ([1012441](#)), oportunidade em que a SPOFC registrou que, cumprimento ao disposto no art. 16, II, c/c o § 4º, I do mesmo art., ambos da LC nº 101/2000 – LRF, a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro.

**05.** Por fim, veio ao processo a minuta do Termo Aditivo n. 1 ao Contrato Administrativo n. 04/2023 para o registro do incidente de execução relatado ([1012660](#)). Assim instruídos vieram os autos a esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer ([1012663](#)). **É o necessário relato.**

## **II – DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

**06.** Inicialmente, convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (Processo SEI n. 0000606-63.2023.6.22.8000) até a presente data. Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pelo Resolução TRE-RO n. 11/2022, e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

**07.** Por sua vez, no regime jurídico da **Lei n. 14.133/2021**, encontram-se as seguintes regras no tocante à atuação da Assessoria Jurídica nos processos de contratação:

**Art. 53.** Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará **controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação**.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;

III - (VETADO).

§ 2º (VETADO).

§ 3º Encerrada a instrução do processo sob os aspectos técnico e jurídico, a autoridade determinará a divulgação do edital de licitação conforme disposto no [art. 54](#).

§ 4º Na forma deste artigo, o órgão de assessoramento jurídico da Administração **também realizará controle prévio de legalidade de contratações diretas**, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres **e de seus termos aditivos**. (sem destaques no original)

**08.** O presente parecer restringir-se-á aos aspectos jurídicos dos elementos da minuta do Termo Aditivo n. 1/2023 ([1012660](#)) ao contrato original, não adentrando no mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los. Até porque, na forma do **art. 169 da Lei n. 14.133/2021**, as unidades de assessoramento jurídico, ao lado do controle interno do órgão, **integram a segunda linha de defesa** na busca de práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

### **III – DO ADITIVO PRETENDIDO - ACRÉSCIMO CONTRATUAL**

**09.** A prerrogativa de alteração unilateral do contrato, ora em análise, encontra previsão expressa no art. 124 da Lei n.14.133/2021, estando os percentuais de acréscimos e supressões limitados pelo art. 125 desse mesmo normativo, veja-se:

**Art. 124.** Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

**I - unilateralmente pela Administração:**

a) ...

**b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;** (Sem grifo no original)

**Art. 125.** Nas alterações unilaterais a que se refere o [inciso I do caput do art. 124 desta Lei](#), o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

**10.** Por sua vez, o acréscimo contratual pretendido tem como justificativa as detalhadas informações prestadas pela Secretário da SGP - unidade a que está vinculada a COTEP (fiscal do contrato) - descritas evento [1011911](#) e reproduzidas quase que integralmente no relato deste parecer, que consiste, em suma, na **necessidade comprovada de acréscimo percentual de 25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial do contrato para atender as demandas deste Regional, face a "eventos e compromissos institucionais inesperados de grande relevância somados ao encarecimento dos trechos aéreos".

**11.** Nesses termos, sem adentrar no mérito da medida administrativa proposta, esta Assessoria se manifesta pela **possibilidade jurídica do acréscimo pretendido**, com registro do ato em termo aditivo ao Contrato Administrativo n. 04/2023 ([0998700](#)), com fundamento no **art. 124, I, "b" c/c art. 125 da Lei 14.133/2021**, e na Subcláusula Segunda da Cláusula Décima Quinta do Contrato n. 04/2023 (evento [0998700](#)).

### **IV – DA MINUTA CONTRATUAL**

**12.** No tocante a minuta de a MINUTA DO TERMO ADITIVO N. 1 ao Contrato Administrativo n. 045/2023 juntada no evento [1012660](#), verifica-se que este instrumento, sob o aspecto formal, encontra-se em conformidade com as regras da Lei n. 14.133/2021, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não havendo reparos a fazer nessa seara, estando apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.

### **VI – DA CONCLUSÃO**

**13.** Pelo exposto, o, escorado nos elementos existentes nos autos, opina esta Assessoria Jurídica pela possibilidade jurídica do acréscimo pretendido **25% (vinte e cinco por cento)**, no valor de **R\$ 26.916,63** (vinte e seis mil e novecentos e dezesseis reais e sessenta e três centavos), na forma descrita na Manifestação n. 220/23SGP ([1011911](#)), o titular da SGP - unidade a qual pertence a Coordenadoria Técnica e de Pagamento, fiscal do contrato - com registro do ato em termo aditivo, com fundamento no **art. 124, I, "b" c/c art. 125 da Lei 14.133/2021**, e na Subcláusula Segunda da Cláusula Décima Quinta do Contrato n. 04/2023 (evento [0998700](#)).



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**14.** Por fim, para cumprimento do disposto no parágrafo único, do § 4º do art. 53 da Lei n. 14.133/2021, esta Assessoria Jurídica **aprova** os termos da minuta carreada aos autos pelo evento [1012660](#).

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor Jurídico**, em 22/05/2023, às 14:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1012739** e o código CRC **7FBA84B3**.